Revista Latino-Americana de
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Campos Neutrais
FURG

Entrevista com Celso de Tarso Pereira

Vivian Rocha
Guilherme Breyer

1 NOTA INTRODUTÓRIA DOS ENTREVISTADORES

A presente entrevista tem como objetivo compreender a relação bilateral entre Brasil e China, em um período marcado pela pandemia de COVID-19, pelas tensões diplomáticas e pela crescente rivalidade geopolítica entre China e EUA, identificando os impactos desse contexto sobre a cooperação bilateral e os investimentos chineses. Houve destaque para o papel da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) na coordenação da agenda bilateral entre Brasil e China, e como esse mecanismo contribuiu para a ampliação da cooperação econômica, tecnológica e industrial e para a criação das condições que favoreceram os investimentos chineses na cadeia de veículos elétricos no Brasil, a partir de 2023. Por fim, foram levantados os principais desafios e oportunidades para que a presença da cadeia chinesa de veículos elétricos no Brasil resulte em transferência de tecnologia, fortalecimento das capacidades produtivas nacionais e desenvolvimento industrial, considerando as perspectivas futuras da parceria estratégica entre Brasil e China. A entrevista foi realizada no dia 13 de julho, por meio da plataforma Microsoft Teams, com duração aproximada de uma hora.

2 BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO

Celso de Tarso Pereira é graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Direito pela *Christian-Albrechts-Universität*, de Kiel, na Alemanha, e diplomata de carreira formado pelo Instituto Rio Branco, onde concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomatas e o Curso de Altos Estudos. Também realizou o Curso de Política Comercial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, na Suíça, onde também atuou por dois períodos na Missão do Brasil junto à OMC, acompanhando as disputas do Brasil no sistema de solução de controvérsias. Ao longo de sua trajetória no Ministério das Relações

GABRIEL, V.D.R.; DIAS, G. B. R. Entrevista com Celso de Tarso Pereira. **Campos Neutrais**. Rio Grande. V. 8. N. 2. P. 713 - 730 | maio/agosto. 2026. | (ISSN 2596-1314).

Exteriores (Itamaraty), atuou na Divisão do Mercosul, como Coordenador-Geral de Contenciosos (CGC), Coordenador-Geral para Assuntos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Gestor do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Depois de período na Embaixada do Brasil no Canadá, exerceu, entre 2019 e 2022, o cargo de Ministro-Conselheiro e Vice-Chefe de Missão na Embaixada do Brasil em Pequim, na China, consolidando sua experiência nas relações sino-brasileiras e na diplomacia econômica e comercial.

Desde 2023, é Diretor da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, onde atua diretamente nos temas internacionais e na articulação de mecanismos bilaterais estratégicos conduzidos pela Vice-Presidência, com destaque para a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

3 ENTREVISTA

Pergunta

O senhor acompanhou a relação Brasil e China em momentos bastante distintos. Primeiro, como ministro-conselheiro e vice-chefe na Embaixada do Brasil em Pequim, entre 2019 e 2022 e, atualmente, na diretoria diplomática da Vice-Presidência da República. Como foi vivenciar essas diferentes fases da relação bilateral e quais transformações o senhor considera mais marcantes nesse período?

Resposta

A China é um país tão dinâmico que, a cada 4 ou 5 anos, é uma outra China e é uma outra experiência. É uma coisa que eu ouvi de várias pessoas, mas comprovei também estando na China. A China vem crescendo em um ritmo espetacular há 45 anos, desde 1980, especialmente a partir dos anos 2000. Eu estava na OMC em 2001, quando a China aderiu à Organização. Eu acompanhei os primeiros anos da China lá em Genebra, onde também trabalhei durante 2 períodos, e vi a China chegardevagar aprendendo e olhando. Depois, muito mais para frente, sempre tive interesse na China e, em 2019, com o convite do embaixador Paulo Estivallet, eu fui para lá. Em 2020 começou a pandemia, então eu estava lá durante todo o período da pandemia. Foi um momento muito peculiar. A China já vinha se transformando em um grande parceiro comercial do Brasil e de outros países desde 2009. Mas

lá na China, causa um impacto pela dimensão, pela pujança e pelas coisas que eles alcançaram em pouco tempo, coisas que muitos outros países, inclusive o Brasil, gostariam de ter. Ao mesmo tempo, a China tem que ser desvendada. Não é um país simples, e mesmo nas relações internacionais e nas relações diplomáticas isso acontece. Nesse período inicial na China, no primeiro ano muito ativo, tivemos muitas reuniões. Nós recebemos, inclusive, à época, a visita do vice-presidente Mourão em preparação à COSBAN e, no final de 2019, a visita do presidente Bolsonaro com comitiva. Mas, a partir de 2020, nesses dois anos inteiros de 2020 e 2021, foi muito em torno da pandemia. A Embaixada brasileira em Pequim nunca fechou, como em outros lugares, e sempre manteve os canais abertos. Foi muito importante acompanhar de perto, informar o Brasil e também atender àquele momento no qual havia imensas necessidades no Brasil de todo tipo de equipamento, desde máscaras até os ventiladores e até as vacinas depois. Muita coisa passou pela China e pela Embaixada do Brasil, nos contatos com a Sinovac, por exemplo, que depois vendeu as vacinas ao Brasil, para comprar máscaras e ventiladores. Todo mundo no setor privado e no meio político ficava um pouco perdido no Brasil: "Com quem a gente fala? O que a gente faz?" Foi um ano muito tomado por isso e foi muito interessante acompanhar de perto. Em 2022, meu último ano lá, a coisa foi se normalizando e a agenda normal do país pôde ser retomada.

Eu diria que essa construção das relações diplomáticas do Brasil desde 1974 vem no seu próprio ritmo. Teve a década de 1980, em que um dos marcos foi o programa espacial de colaboração Brasil-China, o CBERS. O Brasil basicamente ainda passava tecnologia para a China. Quando eu estava lá, fomos, ainda em 2019, assistir ao lançamento de um satélite brasileiro em Taiyuan, no interior da China. Vimos o lançamento e foi impressionante ver o foguete com o satélite do Brasil e de outros países, constatando que essa colaboração estava funcionando, mas também em parte no sentido inverso, com muita transferência de tecnologia chinesa.

Isso responde um pouco à sua pergunta: o Brasil evoluiu e se tornou gradualmente um bom parceiro da China, chegando hoje aos 171 bilhões de dólares de comércio bilateral.

Desde 2023, na Assessoria Diplomática da Vice-Presidência, a China ocupou lugar central nas atividades diplomáticas, especialmente porque em 2024 tivemos a COSBAN presencial na China (em 2022 tinha sido online por causa da pandemia). O vice-presidente foi

para lá e a visita foi excepcional em termos de resultados e de retomada no nível desse mecanismo da relação bilateral. Para concluir: notei naquele primeiro momento uma relação pautada pelo contexto da pandemia, mas continuando com o comércio e exportação. No período seguinte, ocorreu uma imensa retomada em todas as frentes e setores, já sem os freios da pandemia, trazendo resultados. É assim com os colegas que passam pela China: os que saíam contavam a respeito de uma China, eu experimentei outra e, provavelmente, hoje meus colegas lá contarão aspectos de uma outra China, tanto na parte econômica quanto na parte política e social, porque as coisas mudam muito rápido.

Pergunta

Durante esse período em que o senhor esteve na Embaixada na China, observou-se também um crescimento significativo das exportações brasileiras para o mercado chinês. Apesar desse avanço, alguns produtos brasileiros enfrentaram barreiras comerciais e sanitárias percebidas por vezes como excessivas, restritivas ou de difícil justificativa técnica. Quais foram os principais obstáculos no campo comercial enfrentados pelos exportadores brasileiros nesse período e de que forma a diplomacia brasileira atuou e ainda tem atuado para negociar a superação dessas barreiras junto às autoridades chinesas?

Resposta

Como passei de 15 a 20 anos da minha vida com a diplomacia comercial, primeiro no Mercosul e depois com assuntos relativos à OMC, acompanhei isso de perto. Primeiro, as dificuldades comerciais que de tempos em tempos aparecem de lado a lado são normais. Se você observar o nosso relacionamento com os EUA (não hoje, que realmente está fora da curva, com a União Europeia, com o Japão ou com a Argentina, é normal que de tempos em tempos surjam dificuldades). O importante é ter os canais diplomáticos e comerciais muito abertos para que os dois lados possam sentar, explicar e tentar resolver. Às vezes consegue-se resolver plenamente, às vezes parcialmente.

Nesse período, mesmo aqui na Vice-Presidência, para além da COSBAN, o próprio vice-presidente teve várias vezes contato direto com o vice-presidente chinês, Han Zheng, que é quem preside a COSBAN pelo lado chinês. Houve um momento em que apareceu um possível caso de vaca louca no Pará, e a China suspendeu as importações por um período. O governo

brasileiro e o Ministério da Agricultura entenderam a situação. Teve uma conversa direta do vice-presidente brasileiro com o vice-presidente Han Zheng para explicar a situação: "Olha, é um caso, não está confirmado ainda, todas as medidas foram tomadas e não há exportação do produto". Explicou-se tudo e, em um prazo muito mais rápido do que seria o normal, foi resolvido em cerca de 15 a 20 dias. Já tinha havido um caso anterior que demorou mais. Isso é um sinal do quê? Quando as partes estão se falando e têm confiança mútua, com os mecanismos e protocolos sanitários e fitossanitários funcionando, o problema é resolvido mais facilmente. O comprador precisa ter confiança de que nada está sendo escondido. Houve essa explicação e foi resolvido em menos de um mês.

Mais recentemente, está havendo uma dificuldade de cota para carne bovina nas exportações para a China. Isso é um gancho para o seguinte: o comércio flui muito bem, mas nossas exportações cresceram tanto que o fluxo está em 170 bilhões de dólares, com o Brasil exportando 100 e importando cerca de 70 (dados de 2025). Boa parte da exportação está concentrada em três produtos: soja, petróleo e minério de ferro. Depois, a carne bovina e a carne de frango cresceram muito, além de outros produtos. Isso é muito bom, mas mostra a importância da diversificação. Nós exportamos para o mundo inteiro e aprofundamos a relação bilateral com a China em muitos setores. A China consome 30% de tudo o que o Brasil exporta, e, no caso da soja, é mais de 50%. Isso é excelente, mas todos os países devem se precaver. Não é à toa que o Brasil, neste ano, após muitos anos de negociação, concluiu Mercosul-União Europeia, Mercosul-EFTA, Mercosul-Singapura, e [o Mercosul] está negociando rapidamente com Canadá e Emirados Árabes.

Isso significa que o Brasil está tentando ganhar mercados exportadores e mantendo novas portas em aberto. Com as dificuldades do tarifaço dos EUA, o comércio com eles caiu, mas nós conseguimos, em boa parte, desviar para outros mercados. Esse esforço não é fácil, mas foi alcançado em grande medida.

Especialistas dizem que o pico das importações agrícolas chinesas será em 2030 (pode ser 2035 ou um pouco mais) e que, depois, com base na política de autossuficiência presente no último plano quinquenal deles, a meta será cumprida. Na China, os planos são levados a sério e as províncias se esforçam para cumpri-los. Com base em política estatal, capital público e tecnologia, eles buscam autossuficiência nas áreas tecnológica e agrícola por considerarem

uma questão de segurança alimentar para seu próprio povo. É um sinal de alerta porque, para o Brasil e mais de 130 países, o principal sócio comercial é a China. Se a China caminha para essa autossuficiência, eles estabelecem metas: produzir 75% a 80% da soja, 70% dos chips, além de metas para petróleo e outros produtos. O estudo diz que, após o pico em 2030, em 2050 a China poderia começar a exportar ovos, laticínios, carne bovina, suína, aves e produtos aquáticos. O que estou querendo dizer? Problemas comerciais são comuns e você precisa ter um canal para resolvê-los. O Brasil é uma potência agrícola e agroindustrial, então precisa ter esses canais bem aperfeiçoados, mas sabendo que é essencial cultivar a relação com a União Europeia, EUA, América do Sul, África, Vietnã, Indonésia, países do Golfo e Nigéria. Nas próprias viagens do vice-presidente, nós estivemos na China e também na Nigéria, onde o Brasil mantém mecanismo de diálogo bilateral. A Nigéria já passou o Brasil em população, com 230 milhões de habitantes, e a previsão para 2050 é alcançar 400 milhões, precisando de tudo em alimentação e colaboração com o Brasil. A atuação da Vice-Presidência foi coadjuvar a diplomacia presidencial e o Itamaraty. Existem três mecanismos bilaterais conduzidos pelo vice-presidente: Nigéria, China e Rússia. A presença de uma autoridade de alto nível, como o vice-presidente Alckmin, foi fundamental para o bom relacionamento Brasil-China nesses últimos anos.

Na COSBAN de junho de 2024, em Pequim, houve um momento fora da agenda: fomos visitar a farmácia-hospital mais antiga de Pequim, de 1600. O vice-presidente brasileiro fez acupuntura em médico chinês! 600 milhões de pessoas viram isso nas mídias chinesas! Foi um sucesso absoluto de simpatia ver um brasileiro fazendo acupuntura num chinês.

Teve outra visita fora do protocolo: fomos à Luckin Coffee tomar um café. A Apex foi acionada e o resultado final foi que a Luckin Coffee comprou 500 milhões de dólares em café brasileiro em 2024. A Luckin Coffee superou o Starbucks na China e vende 9 milhões de xícaras de café por dia, sendo boa parte de café brasileiro.

Nas conversas principais da delegação com autoridades chinesas, com o vice-presidente Han Zheng e com o próprio presidente Xi Jinping, tudo funcionou perfeitamente. O vice-presidente usou um estudo do Gilberto Freyre da década de 1960 chamado "Brasil, China Tropical" para comparar os dois países, e o Xi Jinping gostou muito. Quando o Xi Jinping esteve no Brasil, usou essa mesma imagem com o presidente Lula. Apenas com a China nós

temos um mecanismo tão amplo quanto a COSBAN. Essa estrutura faz a máquina pesada do governo se mexer nos dois lados. A cada dois anos, envolve boa parte da Esplanada em Brasília, a Agência Espacial Brasileira, a área de vacinas, farmacêutica, etc. Do lado chinês, que é uma burocracia complexa, ter esse mecanismo com reuniões frequentes das subcomissões ao longo de dois ou três anos faz com que as pessoas se conheçam e ganhem confiança mútua. Quando acontece um problema, como o caso da carne ou as reclamações chinesas sobre nossas investigações antidumping, a confiança técnica permite explicar o procedimento dentro das regras da OMC, e o lado chinês entende e aceita. Esse mecanismo consolida os assuntos e permite resolver as questões.

Entrevistadora 1:

Foi ótimo. Não basta só ampliar mercados; é interessante criar mercados também por meio de acordos de comércio. O senhor estava tentando lembrar: era o Vietnã um dos parceiros em negociação para acordos comerciais?

Entrevistado:

Acho que o Vietnã e agora o Japão. No Mercosul, com o Japão, foi lançada a primeira fase de uma negociação. Nesses países, a dificuldade sempre é a agricultura, especialmente no Japão. O Japão aceitou e foi lançada a negociação para aumentar o comércio e cooperar em outras áreas. Os acordos concluídos foram com União Europeia, EFTA e Singapura, além dos demais em negociação com outros países. A China é um país peculiar e complexo, e esse mecanismo permite trabalhar de modo mais eficiente com as burocracias dos dois lados. Com outros países temos formatos diferentes: com os EUA temos o ATEC; com a Alemanha temos a comissão bilateral; com o México e com a Índia temos comissões bilaterais, O vice-presidente esteve nesses dois países para aprofundar o comércio.

Quando você fala de Ásia, um mecanismo como a COSBAN faz toda a diferença. A relação bilateral Brasil-China não seria o que é sem a COSBAN. A complementaridade econômica facilita muito. Nós temos um superávit grande com a China, focado em commodities (soja, minério de ferro e petróleo), mas outros produtos, como carnes, café, mel e Havaianas, vão crescendo. Vender para a China exige que o exportador invista durante anos, vá até lá,

participe de feiras e tenha, muitas vezes, um sócio chinês. Quando se investe, como no caso do café, o mercado explode. Essa complementaridade explica a pujança das economias.

Pergunta

Focando na COSBAN, nós observamos recentemente que os objetivos de Brasil e China sofreram alterações nas sessões plenárias, buscando diversificação da pauta comercial, aumento do valor agregado e uma agenda voltada à cooperação industrial, tecnológica e transição energética. O que explica essa mudança de perfil na agenda bilateral?

Resposta

São ciclos ligados às questões do clima, consciência ecológica e ao protagonismo do Brasil nos 3 grandes debates atuais do mundo: suficiência alimentar, energia limpa e sustentabilidade. Nossa matriz energética é predominantemente limpa. A Alemanha, por exemplo, teve seu modelo industrial afetado pela perda da energia barata da Rússia e busca o Brasil para produzir com matriz energética verde. Para a China ocorre o mesmo. Em 2025, o Brasil foi o maior receptor de investimentos chineses no mundo liderado pelo setor elétrico (como o projeto da State Grid de 20 bilhões de reais para linhas de transmissão ligando o Maranhão ao Tocantins). O Brasil oferece estabilidade contratual e segurança jurídica. Empresas brasileiras como a WEG possuem várias fábricas na China, e a Suzano mantém um centro de tecnologia em Xangai. A presença chinesa no Brasil se diversificou do setor elétrico para a indústria automotiva (BYD, GWM), manufatura, mineração e mobilidade elétrica.

Pergunta

A COSBAN passou a acompanhar uma intensificação dos investimentos chineses no Brasil em mobilidade elétrica, energias renováveis e manufatura avançada. Na sua avaliação, qual tem sido o papel da COSBAN na criação desse ambiente político e institucional que favorece esse novo ciclo de investimentos?

Resposta

Talvez com outros países não fosse possível fazer uma conexão tão direta, apenas indireta. As autoridades brasileiras foram aos EUA, os americanos vieram ao Brasil; fomos à Alemanha, eles vieram aqui; o mesmo ocorreu com Japão e Vietnã. Esse contato presencial

entre altas autoridades, ministros da Ciência e Tecnologia, da Agricultura e equipes técnicas, faz toda a diferença. Ainda assim, o comércio costuma fluir de acordo com o mercado. Com alguns países, porém, isso não ocorre da mesma forma, e a China talvez seja o caso mais paradigmático. Trata-se de uma economia centralizada. Os chineses não a definem como comunista, mas como um sistema socialista com características chinesas. Em outras palavras, prevalece o pragmatismo: o que funciona é mantido. Se uma medida mais capitalista produz resultados, ela continua; se um modelo mais controlado for mais adequado, ele é adotado. Tudo depende do setor, da província e do momento. Há muito experimentalismo e pragmatismo. Nos setores de infraestrutura, que exigem investimentos de milhões ou bilhões de dólares, é fundamental haver segurança de que ambas as partes cumprirão seus compromissos. Por isso, a institucionalidade do país é importante, e o Brasil possui essa característica.

Eu ousaria dizer que, com poucos países, a conexão entre a estrutura bilateral e as relações comerciais é tão clara quanto no caso da COSBAN com a China. Como a estrutura chinesa é muito hierarquizada, pesa bastante o fato de o presidente Xi Jinping afirmar que o Brasil é um país amigo ou de o vice-presidente brasileiro se reunir com seu homólogo chinês e ambos estabelecerem objetivos para aprofundar a cooperação em determinados setores nos anos seguintes. Além disso, as visitas entre autoridades e representantes do setor privado dão segurança e robustez ao relacionamento, algo muito valorizado pelos chineses. Quando um país é visto como instável, conflituoso ou mantém um discurso constantemente hostil à China, isso dificulta a relação. Naturalmente, é legítimo haver críticas. No entanto, quando existe um relacionamento de alto nível que funciona bem, isso tem um peso muito grande para a China. As lideranças chinesas entendem que o Brasil é um parceiro sério, amigo e com potencial para crescer em conjunto.

Uma parcela significativa das boas relações comerciais entre Brasil e China pode ser explicada pela COSBAN, que representa o mecanismo bilateral mais aprofundado entre os dois países. Ainda assim, a própria COSBAN nem sempre é fácil de organizar. Neste ano, por exemplo, a reunião não pôde ser realizada porque, no primeiro semestre, não havia espaço na agenda das autoridades chinesas e, no segundo semestre, o calendário eleitoral brasileiro inviabilizou o encontro. Em outros anos houve a pandemia ou outros fatores, mas, apesar

dessas dificuldades, o mecanismo se mantém. As subcomissões e outros grupos de trabalho continuam se reunindo ou permanecem em contato. Isso permite resolver questões do dia a dia sem a necessidade de grandes decisões políticas. Por exemplo, um secretário-executivo de um ministério pode entrar em contato com sua contraparte chinesa para discutir um problema específico ou esclarecer uma investigação antidumping em andamento. Esse canal permanente de comunicação facilita muito a cooperação entre os dois países.

Pergunta

Na relação bilateral entre Brasil e China existem diversas estruturas de negociação e instrumentos jurídicos que servem para tratar de questões enfrentadas por empresas brasileiras e chinesas. Nesse contexto, gostaria de saber se a COSBAN tem sido utilizada como um espaço para encaminhar ou solucionar demandas do setor privado, ou se essas questões costumam ser tratadas por outros mecanismos. Em outras palavras, a COSBAN concentra-se principalmente na relação entre os dois Estados ou também atua na mediação de questões envolvendo o setor privado de ambos os países? E, quando isso ocorre, com que frequência esse tipo de demanda é tratado no âmbito da Comissão?

Resposta

A COSBAN é composta por 11 subcomissões, e várias delas possuem grupos de trabalho específicos. Embora não apareça formalmente no organograma, durante as reuniões da COSBAN também ocorre o encontro entre o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e sua contraparte chinesa. Essa é uma das oportunidades em que representantes do setor empresarial dos dois países se reúnem em alto nível. Nesse sentido, o setor privado está diretamente inserido na dinâmica da COSBAN. O CEBC representa centenas de empresas brasileiras e consegue dialogar com seus parceiros chineses, encaminhando demandas e contribuindo para a solução de problemas. Além disso, diversas subcomissões tratam de temas de interesse direto das empresas. A subcomissão econômico-comercial, por exemplo, possui grupos de trabalho voltados para comércio e facilitação do comércio, comércio de serviços, investimentos, propriedade intelectual, comércio eletrônico, defesa comercial e cooperação entre estados e províncias. Antes das reuniões da COSBAN, são realizadas diversas reuniões preparatórias coordenadas pelo Itamaraty, com participação dos ministérios envolvidos,

especialmente o MDIC, o MAPA, o MCTI, além dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente. Esse processo se estende por vários meses e inclui encontros específicos com representantes do setor privado. Lembro, por exemplo, que o vice-presidente reuniu os principais representantes empresariais antes de uma visita oficial à China. O setor privado sabe que temas como investimentos, facilitação do comércio ou certificações sanitárias serão discutidos e aproveita esse momento para apresentar suas demandas ao governo brasileiro.

O mesmo ocorre em outras áreas. Na agricultura, por exemplo, existem grupos técnicos dedicados à biotecnologia agrícola, biossegurança e aos comitês sanitário e fitossanitário. Há ainda grupos voltados para ciência e tecnologia, cooperação espacial, indústria, cultura, turismo e meio ambiente. Assim, o setor privado mantém contato permanente com a estrutura governamental, tanto em Brasília quanto nos estados, por meio de entidades como a CNI, FIESP e outras federações de indústria. Essas instituições acompanham as negociações, dialogam com os ministérios e encaminham, de forma individual ou coletiva, as demandas das empresas.

Quando a delegação brasileira viaja à China para uma reunião da COSBAN, ela é acompanhada por uma expressiva delegação empresarial. Paralelamente às reuniões oficiais, ocorre uma intensa agenda de encontros entre empresários brasileiros e chineses. Além da reunião formal entre o CEBC e sua contraparte, diversos contatos são realizados à margem da programação oficial, aproveitando a presença das altas autoridades para fortalecer negócios, buscar investimentos, estabelecer parcerias e resolver questões comerciais.

Naturalmente, existem também outros canais de interação, como as grandes feiras internacionais realizadas na China, especialmente em Xangai, que atraem um número crescente de empresários brasileiros. Diversas câmaras de comércio, consultorias e até escritórios de advocacia brasileiros atuam no país, ampliando esse ambiente de cooperação.

Todo esse conjunto de iniciativas cria um ecossistema de apoio ao setor privado. O empresário brasileiro que atua no mercado chinês sabe que não está isolado: conta com o apoio da embaixada, dos setores comerciais e dos órgãos governamentais brasileiros, da APEX, que acompanham permanentemente a relação bilateral. Portanto, a COSBAN não trata apenas de questões políticas entre os governos. Ela também incorpora, de forma sistemática, as demandas do setor privado, tanto por meio da participação de entidades empresariais nas

etapas preparatórias quanto pela presença de delegações empresariais e pelos mecanismos de diálogo estabelecidos durante as próprias reuniões da Comissão.

Pergunta

Considerando o atual contexto internacional, marcado por disputas tecnológicas, pela reconfiguração das cadeias globais de valor e por uma crescente fragmentação geopolítica, quais áreas de cooperação o senhor acredita que deverão ganhar maior protagonismo na agenda da COSBAN nos próximos anos?

Além disso, diante desse ambiente de maior incerteza internacional, qual o papel que a COSBAN tende a desempenhar para garantir a previsibilidade, a estabilidade e a continuidade da relação bilateral entre Brasil e China?

Resposta

Claro, isso depende de algo que nem sempre é fácil de alcançar: uma visão estratégica clara do próprio Brasil. Os chineses sabem cultivar esse tipo de planejamento de longo prazo. A questão é saber se o Brasil, independentemente do governo, tem clareza sobre quais são suas principais prioridades de desenvolvimento. Às vezes sabe, mas não consegue implementá-las; outras vezes implementa apenas parcialmente. Essa é uma característica recorrente da nossa trajetória. Quando uma estratégia funciona, os resultados são muito positivos. Isso ocorreu, por exemplo, em setores como a agricultura, a agroindústria, a saúde e em determinadas empresas que conseguiram se desenvolver. O sucesso em uma área costuma impulsionar várias outras. Quanto mais clara for a visão do Brasil sobre o que precisa desenvolver, mais fácil será incorporar esses objetivos às relações bilaterais e convidar parceiros, seja a China, a União Europeia, os EUA, o Mercosul ou qualquer outro. O Brasil é um país aberto a todos.

Um dos setores em que essa cooperação pode crescer é a infraestrutura. O país ainda precisa ampliar e modernizar sua infraestrutura, e a China é hoje uma das maiores referências mundiais nesse campo, com capacidade de execução rápida. Um exemplo é o sistema de transmissão de energia. O Brasil avançou muito na geração de energia solar e eólica, mas a expansão da rede de transmissão não acompanhou esse crescimento. Em alguns momentos, há até excesso de geração que não consegue ser plenamente integrado ao sistema elétrico. Esse é um campo em que a China pode contribuir, inclusive por meio da COSBAN. Naturalmente, os

interesses de mercado continuarão existindo e as empresas identificarão oportunidades por conta própria. No entanto, a estrutura institucional proporcionada pela COSBAN oferece segurança e respaldo para que esses projetos avancem. A área da saúde também apresenta grande potencial. A cooperação começou com as vacinas durante a pandemia, mas pode se expandir muito mais. A Sinovac colabora com o Instituto Butantan e há iniciativas de cooperação envolvendo também a Fiocruz. Esse é um campo promissor para aprofundar a parceria.

Outro setor evidente é o da mobilidade, especialmente diante dos investimentos chineses na indústria automobilística brasileira. Esse processo ainda pode crescer significativamente. Ao mesmo tempo, é importante que o desenvolvimento ocorra em bases equilibradas. O objetivo não deve ser apenas importar produtos acabados, mas ampliar a produção local. É por isso que, após um período inicial de instalação de fábricas como BYD e GWM, a expectativa do governo brasileiro é que essas empresas passem gradualmente a produzir no Brasil, desenvolvendo fornecedores nacionais e fortalecendo uma cadeia produtiva local. A retomada gradual das tarifas de importação faz parte desse processo de incentivo à nacionalização da produção, reproduzindo, em certa medida, a estratégia utilizada anteriormente na formação da indústria automobilística brasileira. Esse movimento também representa um desafio para as montadoras tradicionais, que precisam adaptar seus modelos de negócios diante da concorrência e das novas tecnologias introduzidas pelos fabricantes chineses.

Outro tema estratégico é a mineração de minerais críticos e terras raras. O Brasil possui uma das maiores reservas mundiais desses recursos, mas isso, por si só, não basta. É necessário dominar as tecnologias de extração, beneficiamento e agregação de valor. Atualmente, a China concentra a maior parte da capacidade mundial de refino e processamento desses minerais, o que exige conhecimento tecnológico altamente especializado. O ideal seria que os investimentos estrangeiros nesse setor não se limitassem à extração e exportação da matéria-prima. Independentemente de o investidor ser chinês, norte-americano, australiano ou de qualquer outra nacionalidade, o interesse brasileiro é que parte do processamento industrial também ocorra no país, gerando emprego, tecnologia e desenvolvimento. Entretanto, transformar esse objetivo em realidade não é simples. As

empresas realizam aquisições, fusões e investimentos continuamente, enquanto o governo precisa criar regras, mecanismos de financiamento, licenciamento e incentivos capazes de direcionar esse processo. Essa preocupação está presente no governo, no Congresso Nacional, no BNDES e também no setor empresarial. O desafio está em transformar esse consenso em políticas efetivas. O Brasil já conseguiu fazer isso em outros setores, como na Embraer e na agricultura. Portanto, é possível repetir essa experiência em novas áreas estratégicas.

A preocupação central é evitar que o país se torne apenas um comprador ou receptor de produtos estrangeiros. A China possui elevada capacidade de produção e investimento e, naturalmente, busca mercados para seus excedentes. Por isso, diversos países discutem temas como excesso de capacidade produtiva e possíveis práticas de dumping. Cada caso deve ser analisado individualmente, mas essa é uma preocupação legítima em diversas economias. Nesse contexto, cabe ao Brasil definir sua própria estratégia de desenvolvimento. A China pode ser um importante parceiro, e já vem desempenhando esse papel, sem que isso implique excluir outros parceiros tradicionais, como União Europeia e EUA. A diferença é que, uma vez tomada a decisão política, a China costuma executar seus projetos com grande rapidez. Os EUA, por sua vez, frequentemente afirmam que a China tem ampliado sua presença na América Latina.

A posição brasileira é que o país permanece aberto aos investimentos norte-americanos, europeus e de qualquer outra origem. A diferença é que, no caso dos EUA, os investimentos dependem predominantemente de decisões privadas, enquanto a China frequentemente articula suas iniciativas econômicas em conjunto com sua estratégia estatal. Assim, a China ocupou um espaço importante na relação com o Brasil, mas isso não significa exclusividade. O Brasil possui espaço para diversos parceiros internacionais. O essencial é manter uma estratégia clara para que essas parcerias contribuam efetivamente para o desenvolvimento nacional.

Pergunta

Considerando os seus comentários sobre a cadeia dos veículos elétricos e dos minerais críticos, e com base na sua experiência acompanhando essa agenda, o senhor tem percebido uma intenção das empresas chinesas de veículos elétricos de se instalarem ao longo de toda a cadeia produtiva no Brasil, desde a mineração e o processamento de minerais até a fabricação

de componentes e a montagem dos veículos? Ou esse interesse ainda se concentra apenas em alguns elos específicos da cadeia? E, nesse contexto, o senhor acredita que o Brasil fugiu da armadilha do neoextrativismo, agregando mais valor à produção nacional e desenvolvendo capacidades industriais e tecnológicas próprias?

Resposta

Não tenho uma resposta pronta para isso. Minha impressão é que, em um primeiro momento, o objetivo brasileiro, e isso foi explicitado pelo próprio governo, é que essa cadeia produtiva se desenvolva no Brasil. Nada impede que isso ocorra com participação de sócios ou investimentos chineses. Lembro, por exemplo, de um grande projeto anunciado para Ponta Grossa, voltado à instalação de uma das maiores fábricas de pneus do país. A ideia era justamente produzir localmente para atender à indústria automotiva brasileira, inclusive em um contexto de medidas antidumping. Não sei se esse projeto efetivamente saiu do papel, mas, à época, havia essa previsão. No caso dos investimentos mais recentes, como os da GWM e da BYD, acredito que o plano sempre tenha seguido uma lógica gradual: primeiro importar os veículos prontos; depois trazer os veículos desmontados para montagem no Brasil; em seguida, ampliar progressivamente a produção local e passar a adquirir componentes e insumos da cadeia produtiva brasileira.

Pergunta

E, considerando o papel central dos minerais críticos, como lítio, níquel, cobre e terras raras, que desempenham na transição energética global e o avanço da indústria chinesa de veículos elétricos no Brasil, na sua opinião, quais são os obstáculos que ainda limitam a atração de investimentos chineses para essas cadeias produtivas no Brasil?

Resposta

Eu acho que não limitam. Acho que, inclusive, eles já estão aí. Outro dia eu vi a notícia do Valor Econômico: "China expande atuação na área de mineração em outros países". Tem a divisão por país. No Canadá, lítio e níquel. No Brasil, nióbio, níquel e estanho. Então eles já estão presentes em muitos países como: Canadá, Argentina, Bolívia, Chile, Indonésia e Austrália. Na África também. Eles já estão vindo. O Brasil é um país aberto aos investimentos. Esse caso da Serra Verde, por exemplo: uma empresa americana, com recursos do governo

americano, comprou uma empresa que já havia pertencido a outras duas. O governo acompanhou isso. Então, o governo tem que agir, regular. Se regular demais, pode afastar investimentos; se não regular, vira extrativismo. É preciso ter um projeto. É preciso criar incentivos para atrair investimentos e fazer com que se produza algo aqui, agregando mais valor à cadeia. Senão, vai continuar sendo apenas a extração. Tem a questão do licenciamento, que o Brasil pode conceder ou não. Esse é um instrumento. O outro é o BNDES. Se o BNDES for financiar um projeto, e muitas vezes ele tem recursos para investir em conjunto com outros países/empresas, pode exigir que determinadas etapas da produção sejam desenvolvidas no Brasil. É aí que entra a visão estratégica: conseguir consolidar isso de uma maneira razoável. O Brasil tem muitos recursos, mas a Argentina também tem, o Chile tem, a Bolívia tem. A Bolívia, por exemplo, não consegue explorar esses recursos na escala desejada. São nossos vizinhos. O Brasil poderia pensar nisso junto com a Argentina e o Chile, no Mercosul, considerando Vaca Muerta, o Triângulo do Lítio e tudo isso que está aqui perto de nós. Por outro lado, também é preciso ficar atento à concorrência. Existe a Austrália, existe a África, existe o Congo, existe a Guiana, com o petróleo. Então, no fim das contas, a questão é regular bem e regular rápido.

Pergunta

Quanto a essa questão da transição energética, aproveitando essa pauta, o senhor considera que Brasil e China têm uma agenda comum de transição energética? E, se sim, por quais meios essa agenda tem sido implementada: principalmente por instrumentos diplomáticos, por mecanismos jurídicos ou por uma combinação dos dois?

Resposta

Por meios empresariais. Porque, veja, há muitos investimentos espanhóis, portugueses e de outros países nos parques eólicos do Nordeste. A China está muito presente na transmissão de energia elétrica, mas também tem investimentos em energia solar. As placas solares já são, em grande parte, chinesas. São as mais baratas do mundo. Muitos países reclamam disso. Nem dá para produzir aqui em condições de competir. Nem a Índia conseguiu competir com a China. Mas, ao mesmo tempo, essa competição reduziu muito os preços e permitiu expandir a produção e o uso de placas solares. Então, eu acho que é a economia e o mercado que vai

conduzir esse processo. Ao Estado cabe estabelecer os parâmetros, o quadro legal e regulatório para que isso possa acontecer com tranquilidade.

Pergunta

Para finalizar: na sua avaliação, quais são hoje as principais agendas com potencial de colaboração efetiva entre Brasil e China, seja no âmbito bilateral, plurilateral ou multilateral? Quais são as perspectivas de aprofundamento dessa relação nos próximos anos?

Resposta

Trata-se de relação ainda muito jovem e que ficou mais vibrante de 2000 para cá, na verdade de 2010 para cá. É muito recente. Penso em cultura e turismo, é um potencial gigantesco. Mas é preciso saber como fazer. O Brasil costuma vender a imagem das praias, mas o chinês, em geral, não gosta muito de praia, ficar ao sol. Então, o que o Brasil precisa mostrar? Amazônia, Foz do Iguaçu, Minas Gerais. Há muita coisa. Também é preciso organizar essas viagens, porque é um público com características muito específicas. O número de turistas chineses no Brasil ainda é muito baixo. Eram cerca de 60 mil turistas, o que não é nada. Poderia passar para 600 mil. Também há potencial no fluxo de brasileiros para a China. Neste ano, por exemplo, houve um avanço importante na questão dos vistos. A China deixou de exigir visto para brasileiros.

Na área cultural, o potencial também é enorme, mas é preciso saber como entrar nesse mercado. Quando eu estava na China, havia muitos concertos e apresentações de bossa nova com artistas brasileiros, como Bianca Gismonti, além de outros músicos. Há até chineses que cantam bossa nova. Também há samba, capoeira e cinema. Fizemos muitos festivais de cinema brasileiro na China. Durante a pandemia, eles passaram a ser realizados online e o público aumentou muito, passando de milhares para cerca de milhões de espectadores. É preciso saber produzir e divulgar esse conteúdo. A primeira novela estrangeira que fez sucesso na China após Mao Tsé-Tung, já no período de Deng Xiaoping, na década de 1980, foi "A Escrava Isaura". Li outro dia que Lucélia Santos foi convidada, de novo, para visitar a China. Eles não esqueceram aquela novela. Poderíamos ter, por exemplo, coproduções audiovisuais. O potencial é enorme. Agora também está acontecendo o Ano da Cultura Brasileira na China. Foi levada uma exposição de Portinari, organizada pelo João Cândido Portinari. Da mesma

forma, a arte e a cultura chinesas também podem ganhar mais espaço no Brasil. As séries coreanas fazem muito sucesso por aqui; as chinesas também poderiam. Claro que existem diferenças culturais, mas ainda assim existe muito espaço para crescer.

Na área da saúde, o potencial também é enorme. O mesmo vale para a cooperação em meio ambiente, combate às mudanças climáticas, energia, mineração, ciência e tecnologia. A parceria na área de satélites já existe e pode ser ampliada, assim como diversas áreas correlatas. Ou seja, praticamente tudo oferece oportunidades. A relação entre Brasil e China ainda é recente; os dois países continuam crescendo e há muito espaço para aprofundá-la. É uma relação que precisa ser cultivada com cuidado e não pode ficar restrita a um único tema. Ela ainda pode se expandir bastante.